



Panorama do Eixo Meio Ambiente

É preciso atualizar a aplicação da legislação ambiental e intensificar a fiscalização nas esferas federal, estadual e municipais

Em relação ao meio ambiente, durante as discussões nas oficinas algumas constatações ficaram claras. A primeira delas é que, em nível municipal, a gestão e o planejamento do meio ambiente são muito precários e em diversos municípios não há corpo técnico qualificado para gerenciar as questões ambientais. Esse fator aliado a falta de recursos colabora para a não apresentação de projetos aos órgãos financiadores. Foi consensual a necessidade de atualização e aplicação da legislação ambiental, especialmente em nível municipal. Há uma premente necessidade de intensificar a fiscalização ambiental nas esferas municipal, estadual e federal.

Os profissionais apontam ainda a falta de divulgação das questões ambientais e a ocupação desordenada do espaço urbano que impacta o meio ambiente.

Para enfrentar esses problemas foi proposta a celebração de consórcios para que os municípios possam trocar informações e melhorar os serviços, apoiando-se mutuamente. Outra proposta foi que o Crea-Minas faça uma campanha de conscientização dos profissionais e promova a intensificação da fiscalização.

Os problemas e propostas, a maioria de atribuição municipal, são:

Ambiente

Recursos hídricos:

- Colocar em prática e monitorar, de maneira eficiente, um Plano de Gerenciamento de Recursos Hídricos nos municípios e bacias hidrográficas;
- conter a poluição de cursos d'água causada por indústrias, esgotamento sanitário e resíduos sólidos e; os impactos ambientais

gerados pelas atividades agrícolas, tais como utilização de agrotóxicos, queimadas e degradação de áreas, além dos gerados por construção de represas hidroelétricas.

- recuperar e revitalizar nascentes e bacias dos principais cursos d'água;
- melhorar a permeabilidade do solo na área urbana, propiciando maior retenção das águas das chuvas e a recarga do lençol freático;
- conter o assoreamento dos rios;
- ampliar a conservação das APP's urbanas e rurais.

Conservação do solo:

- Recuperar áreas degradadas;
- melhorar o controle de erosão e a conservação do solo;
- conter os impactos da mineração;
- melhorar as práticas agrícolas, aliadas à conservação do solo;

- conter o crescimento desordenado na área de pecuária extensiva.

Biodiversidade

- Implantar corredores ecológicos;
- revitalizar matas ciliares;
- elaborar e implantar projetos de reflorestamento, com espécies nativas, nas margens dos cursos de água;
- conter os desmatamentos em áreas de preservação e a caça de animais silvestres;
- criar ações para evitar queimadas.

Educação ambiental

- Ampliar a educação e conscientização ambiental da população;
- estabelecer matéria específica sobre meio ambiente nas escolas, incorporando novos conteúdos.

Saneamento

- Criar consórcios intermunicipais para gerenciar os resíduos sólidos e a correta utilização dos aterros sanitários;
- elaborar planos municipais de Saneamento e de Resíduos Sólidos em cumprimento às Leis 11.445/2007 e 12.305/2010.

Os itens abaixo, relativos ao saneamento, devem orientar os planos de saneamento:

- Ampliar e melhorar o abastecimento de água para atender ao crescimento demográfico e expansão urbana;
- implantar políticas de saneamento básico na área rural;
- separar os esgotos sanitários da rede de drenagem fluvial;
- tratar os esgotos tanto na zona urbana quanto na rural;
- criar programas para conter o lançamento clandestino de esgotos nos cursos d'água;
- aliar a educação ambiental: a implantação de usinas de triagem e compostagem de resíduos, voltadas para a destinação final dos resíduos, especialmente os industriais e da construção civil,

além de fortalecer as associações de recicladores.

Resíduos sólidos

- Ampliar substancialmente as ações para destinação final de resíduos domiciliares e industriais;
- implantar ou implementar com mais agilidade os aterros sanitários e a coleta seletiva;
- reutilizar material de demolição;
- implantar a coleta de lixo rural;
- criar usinas para reciclagem de resíduos da construção civil.

Institucional

- Criar consórcios intermunicipais;
- superar a carência de equipe técnica para apoiar os Conselhos Municipais de Conservação e Defesa do Meio Ambiente (Codemas) e os Comitês de Bacias;
- agilizar os processos de licenciamento na Superintendência Regional de Regularização Ambiental (Supram);
- divulgar projetos e iniciativas de ONGs e instituições de pesquisa;
- desburocratizar e dar celeridade às análises de processos no Estado e União. Agilizar os trâmites de licenciamento no Copam.
- desburocratizar o Fundo de Recuperação;
- incentivar programas de fomento florestal de cunho social e ambiental e, de recuperação de pastagens com práticas de conservação do solo;
- dar publicidade, assegurar e ampliar fontes de recursos para o pagamento da Bolsa Verde;
- implementar a remuneração por serviços ambientais;
- reestruturar e/ou criar órgãos ambientais municipais com corpo técnico adequado e treinar seus funcionários;
- criar o Parque Estadual da Sericícula (região Sudeste) e o Centro de Treinamento em Gestão

Urbana Sustentável em Montes Claros;

- atualizar a legislação ambiental dos municípios;
- intensificar a fiscalização ambiental em todos os níveis de governo;
- estabelecer convênio entre o Crea-Minas e entidades públicas e privadas para apoiar as iniciativas ambientais;
- implantar ou melhorar a educação ambiental não só nas escolas, como também na administração pública, estendendo para toda a população urbana e rural;
- realizar jogos ambientais colegiais.

Outros

- Adequar ambientalmente as instalações de oficinas mecânicas e postos de lavagem de veículos;
- conter a poluição sonora provocada por shows em locais impróprios;
- utilizar biodiesel nos transportes coletivos urbanos;
- implantar o IPTU Verde;
- ampliar os incentivos fiscais e financeiros para as questões ambientais;
- cuidar e manter as edificações para evitar a síndrome dos edifícios doentes;
- utilizar recursos renováveis na construção de edificações;
- estabelecer programa para capacitar produtores rurais e prefeituras considerando o novo Código Florestal;
- conscientizar a população para utilização de produtos retornáveis;
- criar hortos florestais e melhorar a arborização urbana com profissionais adequados;
- divulgar as atribuições das competências técnicas dos profissionais do Sistema Confea/Crea e a valorização da ética profissional;
- ampliar a representatividade do Crea-Minas nos conselhos institucionais, como Copam e Codema.

Mobilizar para preservar

Minas são muitas. Mas, se há uma diversidade de demandas relativas ao meio ambiente, a ideia de que é necessário investir em conscientização, sensibilização e educação ambiental esteve presente em todas as oficinas realizadas durante a série dos Encontros Regionais. A análise das demandas, compiladas nos Cadernos de Propostas e em processo de monitoramento no site dos Encontros Regionais, mostra que a educação ambiental é imperativa. Não que os problemas possam ser resolvidos com aulas teóricas desvinculadas do cotidiano. Teoria e prática continuam tendo que caminhar juntas, uma complementando a outra.

Idealizado a partir da percepção de que a saúde não é apenas uma questão médica e que é preciso lutar por melhorias nas condições ambientais para promover qualidade de vida, o projeto tem como foco de atuação a bacia hidrográfica do Rio das Velhas. Implantado em 1997 a partir da iniciativa de professores da Faculdade de Medicina da UFMG, o projeto ampliou a sua atuação ao longo dos anos, passando a envolver uma equipe multidisciplinar e parcerias intersetoriais. “O projeto pode ser sintetizado como uma mobilização social para transformação da mentalidade de quem vive na área de abrangência do Manuelzão”, explica o médico e ambientalista Apolo Heringer-Lisboa, idealizador do projeto. Segundo ele, o Manuelzão busca integrar todas as forças sociais em torno de um projeto que é político e filosófico. “Por isso, ao invés de optar por uma das muitas divisões feitas por órgãos administrativos do Estado ou União, escolhemos um território ambiental, com foco na água. Cada órgão tem um território diferente, não temos uma proposta para governança do Estado. Optamos por trabalhar não por municípios, mas em uma bacia hidrográfica, já que nosso foco é a água”, detalha.

A escolha da área de atuação tem a ver, ainda, com a concepção de um mundo menos compartimentado

que guia as ações do Manuelzão. A primeira ação nesse sentido é a de demonstrar a necessidade de superar a falsa divisão entre homem e natureza. “Precisávamos de indicadores. Como aqueles apontados pelos órgãos oficiais são físicos e químicos, excluindo o bioma, e o Manuelzão tinha a preocupação com a saúde, escolhemos a volta dos peixes ao rio, já que os peixes estão no topo da cadeia, precisam de um ecossistema saudável para sobreviver e têm todo um imaginário coletivo que os vincula a algo alegre, positivo”, lembra. Apolo recorda que outro indicador escolhido pelo projeto foi a possibilidade de nadar nas águas da bacia do Rio das Velhas sem adoecer, aproximando os homens e os peixes. “Esse momento em que o homem e o peixe se encontram no mesmo ambiente os tornaria mais próximos e seria uma forma de superar a divisão entre homem e natureza, na prática”, ressalta.

Segundo Apolo, os indicadores e a preocupação constante em explicitar o vínculo entre homem e natureza são decorrentes do conceito inicial do projeto, que é a mobilização. “Para os distraídos, argumentar sobre mobilização social ou conscientização dá no mesmo, mas não dá. Conscientizar tem a ver com educar e informar. Mas é possível saber muito e fazer pouco ou nada. É aquela ideia de que tem que educar o povo, catequizar as pessoas”, critica, lembrando que a escolha do termo “catequizar” não é aleatória, pois vem para atualizar o passado colonial. Para o coordenador do projeto, superar essa questão é essencial. “A própria universidade tem sua concepção em um projeto de educação forjado em outra realidade. Ela tem uma visão disjuntiva do mundo e não consegue ver a complexidade das coisas da vida”, argumenta. De acordo com Apolo, o próprio Manuelzão, embora seja um projeto vinculado a uma instituição de ensino, é uma crítica a esse modelo de educação. “Ele é um projeto rebelde, há um questionamento

“Estamos sinergicamente ligados à economia, que é uma espécie de rolo compressor das práticas sociais e que exige lutas constantes para equilibrar as demandas de outras áreas”.

Médico e ambientalista Apolo Heringer

das práticas da própria universidade”, afirma.

Na avaliação de Apolo, as pessoas discutem conscientização porque entendem que é necessária uma educação ambiental mais efetiva e menos utilitarista. “Muitas vezes, como compensação, empresas contratam uma ONG para fazer ‘educação ambiental’ e falar sobre questões que não são vivenciadas. Estamos sinergicamente ligados à economia, que é uma espécie de rolo compressor das práticas sociais e que exige lutas constantes para equilibrar as demandas de outras áreas”, observa. Ele argumenta que a complexidade dessas relações vai exigir a constituição de indicadores e metas comuns, pactuadas pelos diversos setores.

Segundo o idealizador do Manuelzão, não há receita pronta, nem saída fácil, mas há perspectivas. “É fundamental ‘ecologizar’ a economia reconstruindo o vínculo entre homem e natureza. É necessário, também, desenvolver e implementar infraestrutura adequada que respeite o ambiente, já que as pessoas, mesmo sem a dita ‘educação ambiental’, tendem a se apropriar dessas estruturas e desenvolver novas práticas mais sustentáveis. Ter uma visão sistêmica, complexa, da vida, observar a realidade concreta e, especialmente, ter uma postura crítica são outros elementos essenciais para que a sociedade avance nas discussões e práticas ambientais. Só quando há uma visão crítica é possível avançar. Se os técnicos tiverem uma postura subalterna, vão perder o protagonismo”, sentencia Apolo.

